



31732597



08027.000291/2025-14



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos  
Gabinete da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos  
Área de Assessoria da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos

OFÍCIO Nº 432/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ

Brasília, na data da assinatura.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Federal Carlos Veras  
Primeiro-Secretário  
Câmara dos Deputados  
70160-900 - Brasília - DF

**Assunto:** Requerimento de Informação Parlamentar nº 1070/2025, de autoria do Deputado Marcos Pollon (PL/MS)

**Referência:** Ofício 1ªSec/RI/E/nº 143

Senhor Primeiro-Secretário,

Reporto-me ao Requerimento de Informação nº 1070/2025, de autoria do Deputado Federal Marcos Pollon (PL/MS), para encaminhar a NOTA TÉCNICA Nº 16/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ, elaborada pela Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos (SAL), área técnica deste Ministério da Justiça e Segurança Pública, a fim de subsidiar resposta ao i. parlamentar.

Na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**RICARDO LEWANDOWSKI**  
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Lewandowski**, **Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 18/06/2025, às 17:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **31732597** e o código CRC **1E1EAD10**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**Anexo:**

a) NOTA TÉCNICA Nº 16/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ (31690159).

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000291/2025-14

SEI nº 31732597

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 4º Andar, Sala 436, - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900  
Telefone: (61) 2025-3223 - [www.gov.br/mj/pt-br](http://www.gov.br/mj/pt-br)  
Para responder, acesse <http://sei.protocolo.mj.gov.br>



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2025

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Sr. Ricardo Lewandowski, para prestar esclarecimentos a respeito da decisão de estabelecer sigilo de 100 anos sobre o seu cartão de vacinação, conforme amplamente divulgado pela imprensa.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam fornecidas informações a respeito da decisão de estabelecer sigilo de 100 anos sobre o seu cartão de vacinação, conforme amplamente divulgado pela imprensa<sup>1</sup>.

Diante da relevância do tema e de seu impacto direto sobre os direitos fundamentais de acesso à informação e à transparência pública, solicito as seguintes informações:

1. Quais os fundamentos legais e constitucionais que embasaram a decisão do Ministro Ricardo Lewandowski de impor sigilo de 100 anos sobre o seu cartão de vacinação?

<sup>1</sup> <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/03/21/apos-criticas-por-fala-sobre-policia-prender-mal-lewandowski-afirma-que-a-policia-brasileira-e-altamente-eficiente.ghtml>  
<https://www.metropoles.com/colunas/tacio-lorran/lewandowski-cartao-vacina>





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 01/04/2025 17:23:15.950 - Mesa

RIC n.1070/2025

2. Quais são os critérios utilizados para classificar informações como sigilosas por 100 anos, especificamente no contexto de documentos relacionados à saúde pública?
3. O Governo Federal foi consultado ou envolvido de alguma forma na decisão que resultou na imposição de sigilo sobre documentos relacionados à vacinação? Caso afirmativo, de que maneira o Governo se posicionou sobre a medida?
4. Existe alguma previsão ou diretriz do Governo Federal para o tratamento de documentos públicos relacionados à vacinação e à saúde pública visando garantir a transparência?
5. Quais são as implicações dessa decisão para o acesso da população a informações relacionadas à vacinação e à saúde pública? A medida pode criar precedentes para o sigilo de outros documentos relacionados à saúde ou a outros setores públicos?

### JUSTIFICATIVA

A recente decisão do Ministro Ricardo Lewandowski, que impôs um sigilo de 100 anos sobre o seu cartão de vacinação, gerou uma onda de discussões e críticas em diversas esferas da sociedade. Tal medida foi amplamente debatida pela imprensa e por especialistas em direito, especialmente por se tratar de uma decisão que envolve a aplicação de um sigilo de longa duração, que, no contexto atual, representa uma grande exceção à regra de transparência pública.

Primeiramente, é importante destacar que a Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 5º, assegura o direito de acesso à informação, o que implica uma obrigação do Estado em garantir a transparência em suas ações. A imposição de um sigilo de 100 anos sobre documentos públicos, especialmente aqueles relacionados à saúde pública, pode ser vista como uma afronta a esse direito fundamental de acesso à informação, que é um dos pilares de uma democracia sólida e de um Estado que se pretende responsável perante seus cidadãos.





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 01/04/2025 17:23:15.950 - Mesa

RIC n.1070/2025

Além disso, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) estabelece que informações públicas devem ser acessíveis a qualquer pessoa, com exceção de dados que envolvam sigilos de natureza específica, como dados pessoais sensíveis. No entanto, o prazo de 100 anos é extremamente longo e dificilmente pode ser justificado com base na legislação vigente, que em princípio considera sigilos muito mais restritos e temporários, além de oferecer mecanismos claros de revisão de documentos sigilosos.

O sigilo sobre documentos de saúde, como o cartão de vacinação, também representa um risco à transparência na gestão pública de políticas de saúde. A vacinação é um tema de grande relevância nacional, principalmente no cenário atual, em que o Brasil ainda enfrenta os desdobramentos da pandemia de COVID-19 e outras questões de saúde pública. O controle social sobre as políticas públicas de saúde exige que a população tenha acesso a informações claras e acessíveis sobre como o governo tem conduzido suas ações, como os dados de vacinação, que são fundamentais para o planejamento e execução dessas políticas.

Ao manter sigilo sobre o cartão de vacinação, o Estado dificulta o acompanhamento da população sobre o andamento das ações de vacinação, que são fundamentais para a proteção da saúde pública. A transparência sobre esses dados é essencial para que os cidadãos possam compreender se as medidas adotadas pelo governo estão sendo efetivas ou se há falhas no processo. Sem essa informação, a confiança da população nas políticas públicas de saúde pode ser comprometida.

É importante também observar que o sigilo excessivo pode gerar desconfiança na sociedade. A falta de clareza sobre as razões que justificam o sigilo pode ser interpretada como uma tentativa de esconder informações que poderiam ser do interesse público. Esse tipo de medida pode abrir um precedente perigoso para a imposição de sigilos em outros documentos e dados que envolvam a gestão pública e o acesso à informação pela sociedade.

A decisão de impor um sigilo de 100 anos também pode afetar o direito da sociedade em fiscalizar e acompanhar as ações do governo. O controle social é uma característica fundamental de um sistema democrático, e a transparência é uma ferramenta essencial para que a sociedade exerça esse controle. Ao restringir o acesso a





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 01/04/2025 17:23:15.950 - Mesa

RIC n.1070/2025

informações públicas, como é o caso do cartão de vacinação, o governo cria uma barreira para o exercício pleno da cidadania, limitando a capacidade da população de tomar decisões informadas sobre sua saúde e seu bem-estar.

Ademais, é necessário refletir sobre o impacto que essa decisão pode ter no acesso futuro de informações para novas gerações. O sigilo de 100 anos impede que cidadãos e órgãos governamentais, no futuro, possam ter acesso a dados que hoje são essenciais para a compreensão do passado e a construção de políticas públicas mais eficientes. O histórico de vacinação, por exemplo, pode ser fundamental para a formulação de estratégias de saúde pública no futuro, e a imposição de sigilo de longo prazo sobre esses dados cria obstáculos para essa continuidade.

Outro ponto importante é que o acesso à informação é uma ferramenta crucial para garantir a qualidade do debate público e a participação cidadã. A transparência sobre políticas públicas, especialmente as relacionadas à saúde, permite que a sociedade participe ativamente na formulação e execução dessas políticas, garantindo que elas atendam às necessidades reais da população. A imposição de sigilo em documentos importantes, como o cartão de vacinação, pode enfraquecer o debate público e a construção de soluções coletivas.

Além disso, a decisão de impor sigilo de longa duração sobre documentos de saúde pode prejudicar a imagem do Brasil no cenário internacional. Países que prezam pela transparência e pelo direito de acesso à informação têm maior confiança da comunidade internacional, especialmente em áreas sensíveis como saúde pública. A imposição de sigilos prolongados pode ser vista como um retrocesso no compromisso do Brasil com os princípios de boa governança e democracia.

O sigilo de 100 anos também é uma medida que, ao ser aplicada de forma isolada, gera insegurança jurídica. Para que o sigilo de documentos públicos tenha legitimidade, é necessário que haja critérios claros e consistentes que justifiquem tal decisão. A falta de uma explicação pública sobre os motivos dessa escolha pode levar à especulação e à percepção de arbitrariedade por parte das autoridades competentes.

Por fim, a sociedade brasileira precisa de um governo que seja transparente e responsável. O sigilo excessivo e prolongado, especialmente sobre dados relacionados à





# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon**

saúde pública, prejudica a construção de uma relação de confiança entre os cidadãos e as autoridades governamentais. A transparência nas ações do governo é a base para a criação de um ambiente de confiança mútua, fundamental para a efetividade das políticas públicas e para o fortalecimento da democracia.

Diante disso, é fundamental que esta Casa Legislativa receba informações claras e precisas sobre os motivos dessa decisão, para que possamos avaliar adequadamente as consequências dessa medida e tomar as providências necessárias para garantir que o direito de acesso à informação e a transparência pública sejam plenamente respeitados.

Sala das Sessões, em \_\_ de março de 2025.

**Deputado Federal Marcos Pollon**

**PL-MS**

Apresentação: 01/04/2025 17:23:15.950 - Mesa

**RIC n.1070/2025**





31732671



08027.000291/2025-14



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos  
Área de Assessoria da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos

DESPACHO Nº 337/2025/ASSESSORIA-SAL/GAB-SAL/SAL

Destino: **Carlos Veras - Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados**

Assunto: **Requerimento de Informação Parlamentar nº 1070/2025**

Interessado: **Deputado Marcos Pollon (PL/MS)**

De ordem, encaminho à DIPROT para envio dos documentos abaixo listados ao Sr. Carlos Veras, Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, por intermédio do e-mail [ric.primeirasecretaria@camara.leg.br](mailto:ric.primeirasecretaria@camara.leg.br):

- a) RIC nº 1070/2025, de autoria do Deputado Marcos Pollon (31196643);
- b) OFÍCIO Nº 432/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ (31732597);
- c) NOTA TÉCNICA Nº 16/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ (31690159).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Rodrigues Grego (PST)**, Prestador(a) de Serviço de Técnico(a) em Secretariado, em 18/06/2025, às 15:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **31732671** e o código CRC **45324344**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.



31690159



08027.000291/2025-14



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos  
Área de Assessoria da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos

**NOTA TÉCNICA Nº 16/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08027.000291/2025-14**

**INTERESSADO: DEPUTADO FEDERAL - MARCOS POLLON**

**1. RELATÓRIO**

1.1. Trata-se do Requerimento de Informação nº 1070, de 2025, de autoria do Deputado Federal Marcos Pollon (PL/MS), encaminhado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por intermédio do Ofício 1ºSec/RI/E/nº 143, de 12 de maio de 2025. O citado Requerimento de Informação foi encaminhado ao Gabinete do Ministro, à Ouvidoria-Geral e à Assessoria de Comunicação Social, por meio do OFÍCIO CIRCULAR Nº 80/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ (31196646), para conhecimento.

1.2. O Deputado Federal solicita informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre a “*decisão de estabelecer sigilo de 100 anos sobre o seu cartão de vacinação, conforme amplamente divulgado pela imprensa*”, nos seguintes termos:

1. Quais os fundamentos legais e constitucionais que embasaram a decisão do Ministro Ricardo Lewandowski de impor sigilo de 100 anos sobre o seu cartão de vacinação?
2. Quais são os critérios utilizados para classificar informações como sigilosas por 100 anos, especificamente no contexto de documentos relacionados à saúde pública?
3. O Governo Federal foi consultado ou envolvido de alguma forma na decisão que resultou na imposição de sigilo sobre documentos relacionados à vacinação? Caso afirmativo, de que maneira o Governo se posicionou sobre a medida?
4. Existe alguma previsão ou diretriz do Governo Federal para o tratamento de documentos públicos relacionados à vacinação e à saúde pública, visando garantir a transparência?
5. Quais são as implicações dessa decisão para o acesso da população a informações relacionadas à vacinação e à saúde pública? A medida pode criar precedentes para o sigilo de outros documentos relacionados à saúde ou a outros setores públicos?

1.3. É o que basta relatar.

**2. ANÁLISE**

2.1. De acordo com a Constituição Federal, compete aos Ministros de Estado exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência (art. 87, parágrafo único, inciso I). Os Ministros de Estado, ademais, podem ser convocados, pelas Comissões do Congresso Nacional, para *prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições* (art. 58, §2º, inciso III). No mesmo sentido, o art. 50, §2º, destaca que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações aos Ministros de Estado.

2.2. Por sua vez, o artigo 50 da Constituição Federal e os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ao regulamentarem o Requerimento de Informação a Ministro de Estado, estabelecem que:

**Constituição Federal**

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

(...)

§ 2º - As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão **encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado** ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, **importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias**, bem como a prestação de informações falsas.

**Regimento Interno da Câmara dos Deputados**

Art. 115. Serão escritos e despachados no prazo de cinco sessões, pelo Presidente, ouvida a Mesa, e publicados com a respectiva decisão no Diário da Câmara dos Deputados, os requerimentos que solicitem:

I - informação a Ministro de Estado;

(...)

Art. 116. Os pedidos escritos de informação a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas, serão encaminhados pelo Primeiro-Secretário da Câmara, observadas as seguintes regras:

I - apresentado requerimento de informação, se esta chegar espontaneamente à Câmara ou já tiver sido prestada em resposta a pedido anterior, dela será entregue cópia ao Deputado interessado, caso não tenha sido publicada no Diário da Câmara dos Deputados, considerando-se, em consequência, prejudicada a proposição;

II - os requerimentos de informação **somente poderão referir-se a ato ou fato, na área de competência do Ministério**, incluídos os órgãos ou entidades da administração pública indireta sob sua supervisão;



- a) relacionado com matéria legislativa em trâmite, ou qualquer assunto submetido à apreciação do Congresso Nacional, de suas Casas ou Comissões;
- b) sujeito à fiscalização e ao controle do Congresso Nacional, de suas Casas ou Comissões;
- c) pertinente às atribuições do Congresso Nacional;
- III - não cabem, em requerimento de informação, **providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige**; (destaque nosso)

2.3. Nos termos da **Lei 14.600, de 19 de junho de 2023**, compete ao Ministério da Justiça e Segurança Pública o que segue:

Art. 35. Constituem áreas de competência do Ministério da Justiça e Segurança Pública:

I - defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais;

II - política judiciária;

III - políticas de acesso à justiça;

IV - diálogo institucional com o Poder Judiciário e demais órgãos do sistema de justiça, em articulação com a Advocacia-Geral da União;

V - articulação, coordenação, supervisão, integração e proposição das ações do governo e do Sisnad quanto à:

a) prevenção e repressão a crimes, a delitos e a infrações relacionados às drogas lícitas e ilícitas;

b) educação, informação e capacitação com vistas à prevenção e redução do uso, do uso problemático ou da dependência de drogas lícitas e ilícitas;

c) reinserção social de pessoas com problemas decorrentes do uso, do uso problemático ou da dependência do álcool e outras drogas; e

d) manutenção e atualização do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas;

VI - defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor;

VII - nacionalidade, migrações e refúgio;

VIII - ouvidoria-geral do consumidor e das polícias federais;

IX - prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo;

X - cooperação jurídica internacional;

XI - coordenação de ações para combate a infrações penais em geral, com ênfase em crime organizado e em crimes violentos;

XII - coordenação e promoção da integração da segurança pública no território nacional, em cooperação com os entes federativos;

XIII - execução das atividades previstas no [§ 1º do art. 144 da Constituição Federal](#), por meio da polícia federal;

XIV - execução da atividade prevista no [§ 2º do art. 144 da Constituição Federal](#), por meio da polícia rodoviária federal;

XV - política de organização e manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, nos termos do [inciso XIV do caput do art. 21 da Constituição Federal](#);

XVI - defesa dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da administração pública federal indireta;

XVII - coordenação do Sistema Único de Segurança Pública;

XVIII - planejamento, coordenação e administração da política penal nacional;

XIX - promoção da integração e da cooperação entre os órgãos federais, estaduais, distritais e municipais e articulação com os órgãos e as entidades de coordenação e supervisão das atividades de segurança pública;

XX - estímulo e propositura aos órgãos federais, estaduais, distritais e municipais de elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, com o objetivo de prevenir e reprimir a violência e a criminalidade;

XXI - desenvolvimento de estratégia comum baseada em modelos de gestão e de tecnologia que permitam a integração e a interoperabilidade dos sistemas de tecnologia da informação dos entes federativos, nas matérias afetas ao Ministério;

XXII - planejamento, administração, promoção da integração e da cooperação entre os órgãos federais, estaduais, distritais e municipais e articulação com os órgãos e as entidades de coordenação e supervisão das atividades de políticas penais;

XXIII - tratamento de dados pessoais;

XXIV - assistência ao Presidente da República em matérias não relacionadas a outro Ministério; e

XXV - reconhecimento e demarcação das terras e dos territórios indígenas.

2.4. Em relação ao Requerimento de Informação em epígrafe, verifica-se que o seu conteúdo é idêntico ao Requerimento de Informação nº 990/2025, do mesmo autor, qual seja, o Deputado Marcos Pollon (PL/MS), encaminhado via Ofício 1ªSec/RI/E/nº 111 (31495752), já respondido.

2.5. Como se pode ver do excerto transcrito abaixo, as perguntas endereçadas via RIC 1070 são rigorosamente iguais aos questionamentos constantes do RIC 990/2025, *in verbis*:

RIC 1070/2025	RIC 990/2025
1. Quais os fundamentos legais e constitucionais que embasaram a decisão do Ministro Ricardo Lewandowski de impor sigilo de 100 anos sobre o seu cartão de vacinação?	1. Quais os fundamentos legais e constitucionais que embasaram a decisão do Ministro Ricardo Lewandowski de impor sigilo de 100 anos sobre o cartão de vacinação de um cidadão?
2. Quais são os critérios utilizados para classificar informações como sigilosas por 100 anos, especificamente no contexto de documentos relacionados à saúde pública?	2. Quais são os critérios utilizados para classificar informações como sigilosas por 100 anos, especificamente no contexto de documentos relacionados à saúde pública?
3. O Governo Federal foi consultado ou envolvido de alguma forma na decisão	3. O Governo Federal foi consultado ou envolvido de alguma forma na decisão

que resultou na imposição de sigilo sobre documentos relacionados à vacinação? Caso afirmativo, de que maneira o Governo se posicionou sobre a medida?	que resultou na imposição de sigilo sobre documentos relacionados à vacinação? Caso afirmativo, de que maneira o Governo se posicionou sobre a medida?
4. Existe alguma previsão ou diretriz do Governo Federal para o tratamento de documentos públicos relacionados à vacinação e à saúde pública visando garantir a transparência?	4. Existe alguma previsão ou diretriz do Governo Federal para o tratamento de documentos públicos relacionados à vacinação e à saúde pública, visando garantir a transparência, sem prejudicar os direitos de privacidade dos cidadãos?
5. Quais são as implicações dessa decisão para o acesso da população a informações relacionadas à vacinação e à saúde pública? A medida pode criar precedentes para o sigilo de outros documentos relacionados à saúde ou a outros setores públicos?	5. Quais são as implicações dessa decisão para o acesso da população a informações relacionadas à vacinação e à saúde pública? A medida pode criar precedentes para o sigilo de outros documentos relacionados à saúde ou a outros setores públicos?

2.6. Dessa forma, considera-se **prejudicada** a presente solicitação, uma vez que Requerimento de Informação idêntico já foi respondido a essa Casa em data recente (14/05/2025), conforme comprova documento anexo (recibo - 31703471), tendo em vista a vedação contida no inciso I do art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, *litteris*:

Art. 116. Os pedidos escritos de informação a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas, serão encaminhados pelo Primeiro-Secretário da Câmara, observadas as seguintes regras:

I - apresentado requerimento de informação, se esta chegar espontaneamente à Câmara ou já tiver sido prestada em resposta a pedido anterior, dela será entregue cópia ao Deputado interessado, caso não tenha sido publicada no Diário da Câmara dos Deputados, considerando-se, em consequência, prejudicada a proposição:  
(destaque nosso)

2.7. Cabe, ainda, salientar que outro requerimento com igual solicitação, qual seja, informações sobre o cartão de vacinação do Senhor Ministro, também foi recebido nesta pasta e, igualmente, respondido. Trata-se do **RIC de nº 522/2025**, do Deputado Evair Vieira de Melo, conforme comprova o recibo enviado pela Primeira-Secretaria da Mesa da Câmara dos Deputados, em anexo (31703353).

2.8. Registre-se, por fim, que esta não é a primeira oportunidade que o i. parlamentar encaminha requerimentos de idêntico teor a este Ministério, haja vista o Requerimento de Informação de nº 1545/2024 com o mesmo conteúdo do Requerimento de Informação de nº 1376/2024, devidamente atendidos.

### 3. CONCLUSÃO

3.1. São essas as informações que se submete ao Exmo. Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, para envio à Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados, em resposta ao RIC nº 1070, de 2025.

Brasília, 20 de maio de 2025.

**BETINA GÜNTHER SILVA**

Assessora Especial do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Betina Gunther Silva, Assessor(a) Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 13/06/2025, às 16:51, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **31690159** e o código CRC **A531E9DB**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.